

## Equidade social: uma ética para o Século XXI

Viviane Senna<sup>1</sup>

O Brasil chega à reta final do século confrontado com duas agendas: a agenda da transformação produtiva e a da equidade social. A primeira diz respeito a uma transformação produtiva que leve o País a inserir-se, de forma competitiva, na economia mundial globalizada. A segunda refere-se ao desafio da erradicação das desigualdades sociais. Ambas são cruciais para o futuro da Nação. Porém, a agenda da transformação produtiva é apresentada como um conjunto articulado de objetivos que o País precisa atingir para viabilizar-se no novo contexto econômico. A agenda da equidade social, ao contrário, é apresentada de forma fragmentada: no que se refere ao combate à exclusão, ainda não se trabalha com a noção de *agenda*.

No âmbito internacional, contudo, a agenda da equidade social é uma realidade. Iniciou-se com a criação, pelo Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (**PNUD**), do Índice de Desenvolvimento Humano (**IDH**) – constituído por três indicadores: a) *Expectativa de Vida*; b) *Nível de Instrução*; c) *Renda*. E desenvolveu-se em uma série de mega-conferências, cujas Declarações e Planos de Ação constituem uma verdadeira *agenda da equidade social*: *Cúpula Sobre Sobrevivência, Desenvolvimento e Proteção da Infância* (Nova Iorque, 1990); *Conferência Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (Rio de Janeiro, 1992); *Congresso Mundial Sobre Direitos Humanos* (Viena, 1993); *Conferência Internacional Sobre População e Desenvolvimento* (Cairo, 1994); *Cúpula Sobre Desenvolvimento Social* (Copenhague, 1995); *Conferência Mundial Sobre a Mulher* (Pequim, 1995); *Conferência Mundial Sobre Assentamentos Humanos* (Istambul, 1996); *Cúpula Mundial Sobre a Fome* (Roma, 1996).

Portanto, os agentes sociais não podem mais se comportar como se a única agenda mundial fosse a da transformação produtiva. A agenda da equidade existe e é preciso inseri-la, o quanto antes, na consciência do nosso tempo. Esta é a causa a que se dedica o Instituto Ayrton Senna (**IAS**). Sua atuação em favor da criação de condições e oportunidades que viabilizem o direito das crianças e adolescentes brasileiros – sem exceção – à sobrevivência, desenvolvimento pessoal e social, integridade física, psicológica e moral é, apenas, o reflexo pragmático do compromisso junto às novas gerações (infância e juventude), eleitas como destinatárias daquelas ações. Realizar ações concretas no dia-a-dia em favor dos direitos humanos e da justiça social não é suficiente. É preciso, além de fazer, influenciar ações semelhantes realizadas por outros *atores sociais* e disseminar tudo o quê de positivo estiver sendo feito.

Neste contexto, revela-se a importância do conceito de *aliança estratégica*, adotado pelo **IAS**. Com efeito, entendendo-se as ações de enfrentamento das questões sociais no âmbito de uma agenda para a equidade social, impõe-se o binômio

---

<sup>1</sup>Presidente do Instituto Ayrton Senna (**IAS**).

*intersetorialidade & participação.* A intersetorialidade deve ser o eixo estruturador das políticas públicas, a fim de possibilitar uma abordagem global e conseqüente dos diferentes problemas que afligem as populações vítimas da exclusão. A participação, por sua vez, precisa constituir-se num sólido compromisso dos atores sociais-chave, de modo que – abrangendo os diversos segmentos da Sociedade Civil – propicie a multiplicação e articulação dos esforços pelo resgate da dívida social.

Observa-se, portanto, que *parceria* e *aliança estratégica* são conceitos diversos. Parceria é a atuação conjunta de dois ou mais atores sociais, de maneira que a atuação de um deles complemente a atuação do outro. Deste modo, eles podem concatenar suas ações, a fim de atingir um objetivo comum. Já a aliança estratégica se dá entre atores sociais que poderiam atuar isoladamente ou, até mesmo, de forma concorrente – como costuma ocorrer, com freqüência. Porém, motivados pelo fato de compartilharem um mesmo conjunto de princípios ético-políticos e por terem consciência da magnitude e complexidade do desafio a ser enfrentado, decidem atuar conjuntamente no seu enfrentamento. Numa parceria, busca-se superar necessidades a partir das possibilidades e disponibilidades do parceiro. A aliança estratégica visa ampliar e aprofundar as ações do Terceiro Setor no campo social, ou seja: *fazer mais e melhor!*

A fecundidade do conceito de *aliança estratégica* reside no fato de que ela permite a aglutinação de diferentes atores sociais do Terceiro Setor e destes com órgãos governamentais e, ainda, com organismos internacionais, para enfrentar de um modo mais orgânico e efetivo os grandes desafios da agenda da equidade social. Desafios, evidentemente, muito maiores e mais complexos do que cada um desses atores poderia enfrentar com êxito, numa atuação isolada. Essa nova maneira de ver, entender e atuar no campo social permite, também, que se trabalhe com a noção de agenda – como ocorre em relação à transformação produtiva. Assim, pode-se globalizar a ação social e multiplicar os seus resultados, evitando-se atuar (ainda que de maneira competente) sobre um conjunto fragmentado e disperso de questões percebidas isoladamente, e não, como diferentes componentes de uma questão humana global.

Daí, ser fundamental que uma aliança estratégica integre, também, os veículos e profissionais de comunicação. Afinal, cada jornalista – mais que informador – é um formador de opinião e de consciências, ao propiciar aos indivíduos uma percepção dos diferentes aspectos de determinada questão. Por isso, assim como se defende a transformação produtiva com equidade social, deve-se advogar junto ao Quarto Poder (como se tem feito junto aos outros três Poderes) um enfoque mais equitativo entre as coberturas econômica e social, pois a Imprensa é um dos principais agentes de transformação social. Na medida em que isto se concretize, os vários atores sociais caminharão juntos, de mãos dadas, na contramão da exclusão.